

Abreu acha importante empenho de Sarney junto a empresários

BRASÍLIA — Numa conversa informal, sexta-feira, com o presidente José Sarney, assistida apenas pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, sugeriu a retomada de conversas com empresários e a fixação de uma política de preços acordada com o setor privado para evitar o recrudescimento da inflação. Abreu estimulou, inclusive, a participação do próprio presidente da República nestas conversas com os empresários para demonstrar a importância, para o país, da necessidade de os preços não se descontrolarem antes de 15 de novembro e de 15 de março.

Nestas conversas, o governo poderia sugerir a fixação de um valor mensal de reajuste de preços para os diferentes setores da economia para evitar uma generalização de aumentos. Com isso, um índice mensal acordado de reajuste serviria de parâmetro para a economia sem o risco de descontrole. Segundo Ponte, a área econômica volta a dirigir sua atenção para o CIP. "É preciso sentar em cima dos preços dos oligopólios. A meta já foi anunciamda anteriormente sem ser efetivada. Agora há vontade política, porque ou o governo age ou tudo estará perdido", disse Ponte. O líder do governo na Câmara também acha necessário um acordo com os aplicadores do mercado financeiro.

Oficialmente, Abreu desmentiu a possibilidade de o governo mudar a estratégia para reajuste das tarifas dos serviços públicos por causa da inflação prevista de 35% para setembro. Segundo ele, se o governo fizesse isso, estaria criando uma armadilha futura. No entanto, técnicos da Seplan já estão estudando, a pedido do ministro, um novo calendário de reajustes de tarifas para compatibilizá-lo com os novos índices inflacionários.

A Secretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento já calculou em 48,83% o índice de reajuste dos 700 mil servidores públicos federais, se a inflação de setembro ficar em 35%. Para isso, o governo encaminhará ao Congresso Nacional um projeto de lei pedindo suplementação orçamentária.